



Quinta-feira, 01 de julho de 2021 às 18:22, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3132183: DECRETO 36/2021 - REVOGA REVISÃO
GERAL ANUAL**

ENTIDADE

Fundo Municipal de Saúde de Grão Pará

MUNICÍPIO

Grão Pará



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3132183>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 36, DE 1º DE JULHO DE 2021.

“REVOGA O DECRETO MUNICIPAL 25/2021, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE ‘CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

HELIO ALBERTON JÚNIOR, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas ADI'S 6.450, 6.447 e 6.525, de forma a decidir pela constitucionalidade, na íntegra, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e, desta forma, a inconstitucionalidade da Revisão Geral Anual durante a vigência desta;

CONSIDERANDO o Ofício Circular TCE/SC/GAP/PRES/7/2021, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em 14 de maio de 2021, sobre a impossibilidade de concessão de nova Revisão Geral Anual na vigência da Lei Complementar 173/2020;

CONSIDERANDO o Ofício TCE/SC/SEG/11733/2021, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em 24 de junho de 2021, sobre a decisão no Processo @CON 21/00195659, que trata, dentre outros, da ação a ser tomada pelos municípios que já concederam revisão geral anual com base no prejulgado 2274, o qual autorizava, à época, a revisão;

CONSIDERANDO que a reforma do Prejulgado 2274 determina que “a revisão geral anual eventualmente concedida durante a vigência da Lei Complementar n. 173/2021 deverá ser tornada sem efeito” e que “os valores resultantes de eventual concessão [...], recebidos de boa-fé, não precisam ser devolvidos”,

CONSIDERANDO o Ofício Circular DGCE/DAP/00007/2021, enviado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nesta data, que, dentre outros, orienta a revogação da revisão geral anual;

RESOLVE



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal 25/2021, de 1º de abril de 2021, que “CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Parágrafo Único: Valores recebidos de boa-fé pelos servidores públicos durante a vigência do Decreto 25/2021 não precisam ser devolvidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 1º de julho de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda